

A SAÚDE É UM DIREITO !

Com a mudança do governo, através da vitória eleitoral da coligação PSD/CDS, as perspectivas de melhoria do atendimento às populações, no âmbito da saúde pública, no Concelho de Cascais, tem tendência a piorar. Por um lado devido ao encarecimento dos medicamentos, por outro, a manutenção de quase caos que se vive no novo Hospital de Cascais, Dr. José d'Almeida e nos Centros de Saúde de Carcavelos e Cascais em especial, em que os cuidados de saúde são muito precários no caso da unidade hospitalar, e de várias e repetidas anomalias nos respectivos Centros de Saúde, como se pode constatar pelas declarações públicas de profissionais conhecedores da situação.

O PCP continua, coerentemente, a defender um SNS “tendencialmente gratuito” e de boa qualidade. Onde as consultas não sejam alteradas consecutivamente, em que diminua, significativamente, a lista imensa de 55/60 mil pessoas sem médico de família no Concelho de Cascais, onde o tempo de espera por consulta seja bastante menor, em que o atendimento nas urgências do Hospital novo de Cascais deixe de ser efectuado pelas várias horas perdidas pelas pessoas em sofrimento.

O PCP foi a primeira força política do Concelho a denunciar e a exigir a criação de uma Comissão de Saúde em todos os órgãos autárquicos, para averiguação da realidade grave que ocorre no sector. A perigosidade é de tal monta, que há entre a população e profissionais de saúde, a ideia de evitar ao máximo a sua deslocação aos serviços hospitalares disponíveis.

Foi devido à acção do PCP, que se criaram Comissões de Saúde nas Assembleias de Freguesia do Concelho, com excepção da Freguesia da Parede.

A saúde é um bem público a que se deve exigir boa qualidade, ao serviço das populações, por parte do Estado democrático. Não deve ser um negócio sórdido e irresponsável de ganância desenfreada do sector privado e do capital financeiro.

O PCP apela à população que defenda o SNS de qualidade e gratuito, e se junte à luta pelo cumprimento dos direitos consagrados pela Constituição da República.

Outubro de 2011